

**76ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – CT-Bio**

Aos dias 5 de setembro de dois mil e vinte e três, às nove horas Hotel Max Savassi localizado na R. Antônio de Albuquerque, 335 - Savassi, Belo Horizonte, teve início a **76ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade CT-Bio**, instituída pela Deliberação nº 07 de 11 de julho de 2016, do Comitê Interfederativo - CIF, por força do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta entre a União, Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, autarquias federais e estaduais e com a SAMARCO Mineração S.A., VALE e BHP BILLITON BRASIL LTDA – TERMO, no âmbito da Ação Civil Pública nº 69758-61.2015.4.01.3400.

**1. Informações Gerais:**

<b>Pauta</b>	<b>Discussão</b>
<b>a. Aprovação da ata da 75ª Reunião Ordinária da CT-Bio:</b>	<p>O Sr. Frederico Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade – CT-Bio, iniciou a reunião dando boas-vindas, agradecendo à participação dos presentes. Houve registro dos participantes presenciais através da lista de presença em anexo e os participantes em formato virtual, registro: Andreia Aparecida Dias (Fundação Renova), Andressa Gatti (Fundação Renova), Andreza Malini Gonçalves (Fundação Renova), Ariane Furtado De Lima (ADAI), Cristiano Macedo Pereira (Fundação Renova), Damiani Paolo Gomes Rocha (ASPERQD), Fernando P. M. Repinaldo Filho (ICMBio), Henrique Belfort Gomes (IEF), João Carlos Alciati Thome (ICMBio), Jóeci Lopes Miranda (Comissão de atingidos de Aracruz), José Carlos Carvalho (Consultor Fundação Renova), Juliana Louzada Valory (SEAMA), Karina Nunes dos Santos (ICMBio), Laila Carine Campos Medeiros (Fundação Renova), Leandro Fernandes Antonio Santos (Fundação Renova), Leticia de Moraes (Fundação Renova), Luísa Lacerda Cançado Schneider (SEPLAG), Marcos Silva Costa (Comissão de atingidos de Degredo), Maria Regina Goncalves de Souza Soranna (ICMBio/CEPTA), Matheus Guimaraes Cardoso Nogueira (Fundação Renova), Natalia OliveiraFerreira (EY), Nilcemar Oliveira Bejar (IEF), Paula Durão (Pref. De Linhares) e Rhayrane Pedroni (Prefeitura de Aracruz).</p> <p>Posteriormente, a coordenação colocou a ata 75ª Reunião Ordinária da CT-Bio em votação e informou que a ata da 1ª Reunião Intercâmaras seria disponibilizada e colocada em votação ao final da reunião.</p>
<b>Aprovação:</b>	<b>A ata da 75ª Reunião Ordinária da CT-Bio foi aprovada sem objeção dos membros e será publicada no site do CIF/Ibama.</b>
<b>b. Andamento das discussões relacionadas ao Ofício CTEI Nº 13-2023 - Bolsas para Projeto Ciência Cidadã Unesco:</b>	<p>O Sr. Frederico Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade – CT-Bio relatou que houve uma reunião com a Câmara Técnica de Economia e Inovação e com a Fundação Renova que foi muito importante, visto que havia um entendimento de que a CT-EI queria que a CT-Bio assumisse o programa de bolsas cidadãs e, que na verdade, não era isso. Informou que a CT-EI estava pedindo que o programa de bolsa cidadãs, em que pese ele está respaldado pelos planos de ação aquático (PABA) e terrestre (PABT), fosse analisado para validá-lo como projeto na Câmara Técnica específica. Considerou que ficou entendido da reunião que a CT-Bio se manifestar sobre a ação, não seria suficiente para andamento do programa e que por isso a Fundação Renova se comprometeu por trazer mais esclarecimentos para avaliação da CT-EI.</p>

**2. Cláusula 182:**

<b>Pauta</b>	<b>Discussão</b>
<b>a. Apresentação da Nota Técnica e minuta de deliberação de continuidade do compromisso</b>	<p>O Sr. Frederico Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade – CT-Bio relatou que devido aos prazos do CIF, a Nota Técnica de continuidade do compromisso de Consolidação do REVIS de Santa Cruz já foi enviada com o pedido de pauta para a 71ª Reunião Ordinária. O Sr. Fernando Repinaldo, representante do ICMBio, apresentou detalhes da Nota Técnica e da minuta de deliberação que vem com o intuito de aprovar a estratégia de</p>

**Consolidação do REVIS de Santa Cruz, conforme Cláusula 182 do TTAC:**

continuidade do compromisso de consolidação do REVIS de Santa Cruz, conforme Cláusula 182, por meio da celebração de Acordo de Cooperação Técnica entre ICMBio, Fundação Renova e Funbio e aprovar a disponibilização de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) de recurso compensatório, a fim de garantir a implementação da estratégia sugerida, e início imediato das ações por parte da Fundação Renova.

Após questionamento sobre a localização do Refúgio e da APA, o Sr. Frederico Martins explicou que estão sendo citadas 2 áreas, sendo que a APA está das falésias, antes de Nova Almeida até o limite norte da Praia dos Quinze e que o Refúgio de Vida Silvestre (REVIS) está no “miolo” desta APA e que ele possui um caráter muito mais restritivo, contrário da APA. Informou que para participar do processo de implantação das Unidades de Conservação é necessária a participação do Conselho Consultivo, que hoje é constituído por, mais ou menos, 30 instituições, sendo da sociedade civil alguns moradores da praia da biologia, da colônia de pesca daqui de Vitória, da colônia de pesca da Barra do Riacho e representantes dos moradores da enseada das Garças.

O Sr. Fernando informou que em dezembro acontecerá um processo de renovação das cadeiras dos representantes no Conselho Consultivo e relatou que é importante já ter essa indicação de interesse, para que caso surja alguma vacância, seja possível fazer a proposta de inclusão da entidade no conselho.

A Sra. Laila Medeiros, representante da Fundação Renova, parabenizou o Fernando e o antigo gestor pela proposta apresentada e considerou que isso demonstra o compromisso que eles assumiram com a consolidação da unidade, buscando uma alternativa para que fosse possível ter alguma proposta sustentável, factível, trazendo uma certa inovação para os processos de reparação e nesse caso, até mesmo de compensação do rompimento da barragem. Parabenizou também pelo avanço no acordo de cooperação atual, que mesmo com as deficiências e com os momentos bem difíceis enfrentados na pandemia e com as burocracias dentro das instituições participantes do processo, o que está sendo entregue e está sendo recebido pela unidade como um legado importante. Relatou que a Fundação Renova está trabalhando para que até o final do ano seja possível entregar o máximo de materiais e equipamentos possíveis dentro desse acordo que foi planejado e considerou que houve um grande avanço neste ano, o que com certeza é fruto do engajamento tanto do Fernando, quanto do gestor anterior também na figura do Roberto e a equipe também que os apoia nisso. Informou ainda que a Fundação Renova, certamente fica muito satisfeita com a proposta que foi apresentada e relatou que acredita que isso pode ser uma case de sucesso para as demais unidades trabalhadas nessa cláusula. Relatou ainda que houve um avanço também com o acordo de cooperação que foi firmado com o IEF para a consolidação do PERD e considerou que será trilhado o mesmo caminho para conseguir definitividade.

A Sra. Laila informou que a Fundação Renova está engajada para poder levar esse ponto para a reunião do CIF na sua próxima agenda e afirmou que essa proposta já foi internalizada com discussões com a diretoria e com o comitê socioambiental e que posteriormente será levada ao Conselho Curador para aprovação dessa proposta e tudo que for necessário para que seja possível, no tempo viável, a fim de causar a menor descontinuidade possível dentro do processo.

Posteriormente, houve esclarecimento dos valores indicados na Nota Técnica, com sugestão de que a planilha com o resumo das contas realizadas seja apresentada ao CIF. O Sr. Frederico Martins sugeriu que além das contas/valores, seja apresentado também um mapa com o detalhamento da área da APA e REVIS.

A Sra. Nilcemar Oliveira Bejar, representante do IEF, parabenizou a apresentação e considerou a iniciativa muito boa e que o IEF, tendo desafios similares também, se interessa em saber um pouco mais das soluções construídas. Nesse sentido, ela observou que em termos de quem está executando o termo de parceria há uma previsão inicial de custos ao longo do tempo, sendo esses custos operacionais e até mesmo de investimentos para produtos corrigidos ao

longo do tempo. Sugeriu que ao se pensar no rendimento, seja pensado também que eventualmente há uma inflação, principalmente no pós pandemia, o que gerou um impacto bem significativo nesse aspecto para o PERD.

Posteriormente, ela questionou se os recursos apresentados serão diretamente repassados da Fundação Renova pro FUNBIO ou como ele passará dentro do ICMBio e em resposta, a Sra. Laila informou que esse é um acordo tripartite, onde a Fundação Renova repassaria o dinheiro pro FUNBIO e o FUNBIO seria o executor e o gestor desse recurso para a criação do fundo e para execução das atividades demandadas pelo ICMBio que são listadas como prioritárias para a consolidação e explicou que ao longo do tempo esse recurso transitório vai se exaurindo e a unidade vai sendo suportada pelo fundo principal, sendo de rendimento perene, com uma sustentabilidade e por isso a unidade estaria blindada. Em relação a correção financeira, ela informou que a proposta é que esses 40 milhões sejam repassados em uma única parcela e a partir disso, já se inicie o seu processo de rendimento com a busca de investimentos conservadores, tentando sempre superar a inflação, para que isso seja atrativo e esse dinheiro não fique defasado. Relatou que os repasses que são feitos para o PERD, mesmo que de forma parcelada, a Fundação Renova também aplica uma correção financeira para que esse valor não seja depredado ao longo do processo e consiga cumprir os objetivos principais.

O Sr. Frederico Martins informou que esse fundo tem uma gestão, um comitê e uma política de transparência, sendo algo monitorável e relatou que a leitura feita com essa proposta é que quando a Fundação Renova deixar o fundo operacional com a parceria do FUNBIO, o compromisso está quitado, ou seja, passa a ser algo que vai para além do repasse. Relatou que ao se falar de um fundo, se fala em 2 recursos, sendo um fundo extingüível que é esse dinheiro de implementação e um fundo de rendimento que sustenta e não passa pelo tesouro.

O Sr. José Carlos Carvalho, consultor da Fundação Renova, lembrou que com relação ao Parque Estadual do Rio Doce também foi proposto a criação de um fundo e que infelizmente a Advocacia Geral do Estado deu um parecer contrário e acabou obstaculizando a oportunidade de fazer uma solução idêntica para o parque do Rio Doce, que seria de longe, a melhor solução que poderia ser dada naquela época, recordou que o acordo realizado no final das contas para o PERD continua emperrado pelas dificuldades de lidar com as regras do setor público com a contratação da organização socioambiental e afirmou que era previsto que as dificuldades iam ser grandes. Por fim, parabenizou o trabalho realizado pelo ICMBio e pela Fundação Renova.

A Sra. Laila Medeiros lembrou que para o acordo de cooperação firmado com o PERD também existe a previsão de criação de um fundo, dentro das ações que foram previstas no plano de trabalho que estão sob obrigação do IEF, há essa previsão da criação de um fundo. Relatou que no momento da negociação e na discussão de como que seria esse processo, a Fundação Renova chegou a sugerir que o compromisso fosse através da criação de um fundo *endowment*, mas o IEF se comprometeu a criar esse fundo, por conta própria. Considerou que as boas práticas, visualizando como o ICMBio vai aplicar na sua unidade, pode ser de extrema valia para o IEF, por isso, considerou válido que o IEF participe dessas discussões e veja como que isso vai ser criado.

A Sra. Laila informou ainda que a Fundação Renova permanece disponível para compartilhar com o IEF a estrutura dessa estratégia para que isso realmente possa ser aplicado pelo IEF e lembrou que a última parcela prevista para pagamento do acordo com o PERD, depende da demonstração do IEF sobre a necessidade desse recurso e reforçou que o CIF está aguardando que isso seja apresentado. Considerou olhando para os valores que estão sendo aplicados pelo ICMBio, que o valor que falta ainda da última parcela pode ser uma alternativa boa para aplicação desse fundo.

Após questionamento sobre o rendimento, o Sr. Frederico Martins explicou que teve uma experiência com o FUNBIO através das questões de Brumadinho e que o rendimento anual esperado de 5% acima da inflação. Sugeriu que a CT-Bio faça um convite ao FUNBIO para que seja feita a explicação sobre o fundo e sobre os conceitos envolvidos.

	<p>O Sr. Gilberto Sipioni, representante do IEMA, relatou que o IEMA tem 3 anos de experiência com o FUNBIO e que há a tendência de a ser mais ágil do que o padrão de execução do poder público. Considerou trazer o FUNBIO seria válido para bater o martelo em relação a proposta da Cl. 182. Posteriormente, o Sr. Frederico Martins colocou a minuta de ata e de deliberação em votação.</p> <p>A Sra. Laila informou que já foram iniciadas as minutas de acordos e afirmou que a Fundação Renova está trabalhando engajada mas que, garantir que a continuidade não ocorra, realmente não depende somente da Fundação Renova.</p>
<b>Encaminhamento 76.1:</b>	<b>A CT-Bio convidará o FUNBIO para reunião ordinária, afim de esclarecer as dúvidas sobre o fundo.</b>
<b>Aprovação:</b>	<b>A Nota Técnica e minuta de deliberação de continuidade do compromisso de Consolidação do REVIS de Santa Cruz, conforme Cláusula 182 do TTAC foram aprovadas, sem objeção dos membros.</b>

<b>1. Informações Gerais:</b>	
<b>Pauta</b>	<b>Discussão</b>
<b>c. Apresentação do vídeo sobre o Seminário ciência cidadã:</b>	<p>A Sra. Juliana Lima, representante da Fundação Renova, informou que o vídeo a ser apresentado terá depoimentos de pessoas que participaram do seminário da Ciência Cidadã. Posteriormente, o vídeo foi apresentado para os presentes e se encontra disponível no link <a href="https://www.youtube.com/watch?v=6sxDa_dKFVo">https://www.youtube.com/watch?v=6sxDa_dKFVo</a>.</p> <p>O Sr. Eduardo Perini, representante do IEMA, questionou como está sendo feito o planejamento para o fim desse projeto, visto que se ele iniciar e depois acabar, pode deixar um vácuo na comunidade, considerou que isso não é uma crítica, apenas o relato de uma preocupação, visto que isso realmente é constatação nas comunidades e questionou se há algo pensado para deixar a “roda girando”, após o fim do projeto ciência cidadã.</p> <p>A Sra. Juliana Lima relatou que o vídeo apresentado é apenas do começo e que há um planejamento para pelo menos mais 2 anos em outras localidades e informou que ao se pensar na continuidade, entende-se a necessidade de envolver o poder público.</p> <p>O Sr. Eduardo Perini considerou que é importante que isso vire uma responsabilidade do município, mas não que seja uma política de governo, sendo incorporado, tanto pelos políticos quanto pela comunidade e para que não seja aceito pelas comunidades que essas ações acabem, exigindo do poder público a continuidade.</p> <p>O Sr. Leandro Fernandes, representante da Fundação Renova, reforçou que nessa temática da ciência cidadã a Fundação Renova está atuando em várias frentes exatamente por isso e todo o esforço está sendo realizado para sobre a incorporação da ciência cidadã com política pública com o nível estadual e municipal.</p> <p>A Sra. Laila Medeiros, representante da Fundação Renova, considerou que uma construção coletiva, um investimento em educação, informação, é o maior legado que pode ter e que isso é inegável, que é perene. Considerou também que uma das contribuições mais importantes do processo de reparação é poder formar esses atores da reparação para que eles possam replicar e eventualmente, brigar pela continuidade de alguns projetos.</p>

<b>3. Cláusula 165:</b>	
<b>Pauta</b>	<b>Discussão</b>

<p><b>a. Documento de premissas para nova etapa do PMBA Porção capixaba:</b></p>	<p>O Sr. Frederico Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade – CT-Bio lembrou que durante a última reunião foi apresentado o esboço das premissas para a continuidade do monitoramento da biodiversidade aquática na parte costeira e na porção capixaba e informou que após a apresentação, a Fundação Renova fez algumas considerações, houve um ajuste do texto final e encaminhado o pedido de pauta ao CIB. Posteriormente, proferiu a leitura da Nota Técnica e da minuta de deliberação para referendo da CT-Bio.</p> <p>O Sr. Frederico destacou que a discussão sobre as premissas foi realizada juntamente com a Fundação Renova, visto que esse documento comporá uma petição referente ao PMBA e registrou o esforço de todas as partes para chegar ao documento final.</p> <p>A Sra. Laila Medeiros, representante da Fundação Renova, considerou que não é consenso a necessidade de permanência do PMBA, nos moldes atuais. Relatou que há um entendimento de que o monitoramento já foi concluído no prazo de 5 anos e que os dados são suficientes para que haja a caracterização ambiental, que a cláusula colocou como objetivo. Relatou ainda que sua intenção não é retirar o que foi acordado, mas sim exaltar o esforço que houve para se alcançar um consenso, visto que foi posto pela CT-Bio como é algo inegociável e por isso, no momento da discussão, as empresas concordaram com essa premissa. Reforçou que a Fundação Renova fará todos os esforços para cumprir esse item, lembrando que o esforço maior agora é para realmente promover a transição e que se espera também da CT-Bio o mesmo engajamento que foi depositado na construção dessas premissas. Solicitou da CT-Bio o engajamento no momento de discussão do escopo do monitoramento e declarou que a Fundação Renova vem trabalhando numa proposta desse novo monitoramento, que está quase em fase final para apresentação dentro do prazo que é outubro, para que após entrega seja possível discutir o tema e reforçou de uma celeridade e engajamento da CT-Bio, para que o escopo do monitoramento seja aprovado e também na mesma consciência de que algumas questões vão ter que ser tratadas como questões negociáveis dentro do objetivo de alcançar um consenso, para que seja possível garantir a transição em tempo viável.</p> <p>O Sr. João Thome, representante do ICMBio, considerou que assim como foram feitos ajustes metodológicos, estão sendo feitos também ajustes cronológicos para que dê tempo de fechar um ciclo de 5 anos de uma forma um pouco mais organizada e para que se possa usar as últimas informações decorrentes desses 5 anos nessa nova fase do monitoramento. Posteriormente, o Sr. Frederico colocou a NT em votação.</p>
<p><b>Aprovação:</b></p>	<p><b>A Nota Técnica nº 8/2023/CTBio/DIBIO/ICMBio de aprovação da proposta de premissas para a continuidade do Programa de Monitoramento da Biodiversidade Aquática na porção capixaba da bacia do rio Doce e zona costeiro - marinha adjacente foi aprovada, sem objeção dos membros.</b></p>
<p><b>b. Informes do andamento sobre o plano de trabalho da FRE para inclusão do metilmercúrio no PMBA na porção mineira:</b></p>	<p>O Sr. Frederico Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade – CT-Bio fez breve contextualização do tema, lembrando que depois do relatório da AECOM sobre contaminação do pescado identificou-se um elemento tóxico relacionado ao rompimento, sendo o metilmercúrio na área costeiro Marinho e que após essa informação, a CT-Bio recomendou e o CIB deliberou que o metilmercúrio passasse a ser incorporado no monitoramento da biodiversidade aquática. Explicou que o relatório da AECOM foi fruto de uma pesquisa pontual/diagnóstico momentâneo e que a confirmação do metilmercúrio a partir o rompimento da barragem influenciando estatisticamente na presença dele, gerou preocupação. Considerou ainda que como a CT-Bio possui um estudo de longo prazo com um monitoramento capaz de avaliar tendências, foi bem lógico essa incorporação do metilmercúrio, tanto que foi aprovado sem contestação. Explicou também que com isso, foi emitida a Deliberação nº 666 que obriga a Fundação Renova a incorporar os dados de metilmercúrio e ela, por sua vez, usou da estratégia de fazer essa pesquisa a partir dos estudos, dos contratos e acordos que estavam em andamento no território, o que também faz muito sentido. Relatou que em relação ao monitoramento Capixaba, houve a inclusão desse parâmetro através do PMBA e em Minas, isso não foi possível visto que, conforme informado</p>

pela Fundação Renova, o formato do PMBA mineiro, a partir dos editais da FAPEMIG não possuíam escopo e estrutura suficiente para essa incorporação. Informou que a CT-Bio, ao receber essa informação, reconheceu a dificuldade de incorporar o estudo do metilmercúrio nas pesquisas contratadas pelo edital FAPEMIG, porém, não abriu mão da ideia de fazer o levantamento do metilmercúrio em Minas Gerais de acordo com a deliberação 666. Lembrou que CT-Bio encaminhou dois ofícios para Fundação Renova, um para aprovar a proposta da Renova pro território capixaba, mas esperando as questões de Minas acontecerem e outro ofício solicitando a Fundação Renova reunião setorial para tratar do tema.

Continuando, o Sr. Frederico informou que na noite anterior a 76ª Reunião Ordinária a Fundação Renova protocolou um ofício em resposta aos 2 ofícios enviados pela CT-Bio e interpretou, a partir de uma leitura rápida, que a Fundação Renova se posicionou informando que a reunião setorial é desnecessária pois ela não irá realizar o estudo com metilmercúrio no território mineiro. Considerou ainda que se sua análise do ofício estiver correta, seria necessário tomar medidas afim de proteger a deliberação, fazendo-a valer.

A Sra. Laila Medeiros, representante da Fundação Renova, pediu desculpas pelo ofício protocolado de última hora e justificou que o conteúdo dele não interferiria na discussão. Considerou que houve um erro interpretativo na fala do Sr. Frederico e salientou que a deliberação pede que o metilmercúrio seja incluído dentro do escopo do PMBA, dentro do que é executado para atendimento da cláusula 165. Reforçou que não foi uma escolha da Fundação Renova incluir esse parâmetro dentro do PMBA vigente e que o item 4 da deliberação fala que a proposição deve estender a todos os estudos pertencentes a cláusula 165 e que por isso há essa dificuldade. Relatou que para o Espírito Santo foi possível a inclusão do parâmetro de uma forma facilitada por conta do escopo e que no território mineiro há dificuldade diante desse impasse e por isso não foi possível atender a contento o que foi pedido pela Câmara Técnica.

Relatou que é do conhecimento de todos o esforço que foi feito para que isso fosse superado e considerou que diante desse impasse seria necessária uma discussão mais profunda, porém, sem convidar os executores do processo para decidir o que eles querem executar e reforçou que a Fundação Renova considerou inadequado realizar reuniões com esses atores, considerando todos os problemas que já aconteceram e por apresentar conflitos de interesse. Relatou ainda que no ponto de vista da Fundação Renova já foi esgotado o processo dentro da deliberação pelo que foi imposto e solicitou reflexão da CT-Bio para simplesmente cobrar execução acusando a Fundação Renova de não conseguir atender as expectativas que infelizmente não estão claras. Considerou ainda que o território capixaba na região costeira e marinha tem um histórico, uma base de dados, que permite que a inclusão de um parâmetro faça sentido na avaliação técnica que se pretende e com isso a inclusão desse parâmetro permitiria que os objetivos da nota técnica 4 sejam atendidos, porém, para o território mineiro a inclusão do parâmetro dentro de uma malha amostral sem um contexto nenhum, sem uma base histórica, sem outros parâmetros apoiando em uma tomada de decisão técnica, não seria viável e que por isso entende-se que a discussão é muito mais complexa.

A Sra. Larissa Simões, representante do IEMA, considerou que desde a última reunião ordinária houve a definição de que seria realizada reunião setorial para encontrar uma solução para MG, o que também estava descrito nos dois ofícios enviados pela CT-Bio e relatou estranheza visto que não houve nenhum contato ou tentativa para realização da reunião, chegando somente a resposta de que seria inexequível a inclusão do parâmetro. Em resposta, a Sra. Laila considerou que o tempo desde a última reunião se mostrou inviável para promover essa discussão e afirmou que na reunião passada declarou que nas condições atuais, pela deliberação atual, é inexequível. Solicitou que a CT-Bio tenha um pouco de boa vontade, um pouco de colaboração para entenderem que isso não depende só da Fundação Renova, mas depende também de esclarecimentos de quais são os objetivos reais sobre essa investigação, além de fazerem também uma proposta.

Relatou ainda que a CT-Bio poderia ter solicitado uma reunião setorial, visto que foi encaminhado que a Fundação Renova convocasse uma reunião com atores que ela discordava mas que se o convite tivesse chegado, eles teriam participado, visto que nunca negaram nenhuma participação. Houve amplo debate, visto que a CT-Bio solicitou reunião setorial sem nenhuma discordância por parte da Fundação Renova.

A Sra. Janaina Aguiar, representante do IEF, relatou que houve algumas conversas mas que há o entendimento que a deliberação 361, que foi construída no início do processo com a FAPEMIG deixa muito claro que, não havendo condições que os projetos da FAPEMIG identificassem ou averiguassem uma determinada situação, poderia haver uma contratação, uma suplementação para complementar aquele estudo. Considerou então que se existe a necessidade de averiguar mais a fundo a questão do metilmercúrio, para que Minas tenha um dado consistente para tomadas de decisão, a Deliberação 361 respaldaria nesse sentido.

O Sr. Leandro Guimarães, representante do IEF, considerou que existe um mecanismo previsto para a complementação do estudo da FAPEMIG na medida necessária, fazendo uma interpretação conjunta das múltiplas deliberações do CIF. Ponderou que mesmo interpretando apenas essa última deliberação, não há nada que impeça a contratação complementar adicional e que a menção que é feita aos programas e ao PMBA nos 2 compartimentos, seria de cunho geográfico, estando enfatizado ali que tem que cobrir tanto Minas Gerais quanto o Espírito Santo. Relatou que chegou a acontecer uma série de discussões com o pessoal das linhas pesquisas da FAPEMIG, onde 2 delas se prontificaram a tentar incorporar, mas precisariam de alguns recursos complementares, complementações contratuais as quais a Fundação Renova entendeu que eram muito difíceis de prover ou eram inviáveis. Considerou então que se para Fundação é inviável, seria necessário contratar uma consultoria especificamente para lidar com essa questão em Minas Gerais, mas que não há impedimento jurídico para isso e que essa interpretação não tem cabimento.

A Sra. Laila Medeiros considerou que os estudos de monitoramento conduzidos no território de Minas Gerais tiveram um arcabouço de uma nota técnica com várias perguntas que geraram uma chamada de pesquisa e dentro dela os pesquisadores tiveram a liberdade de selecionar as perguntas que eles gostariam de responder em suas propostas, a partir disso essas propostas foram selecionadas e hoje esse é o plano de monitoramento que é executado no território mineiro. Relatou que até o momento, não houve uma avaliação sobre os projetos que estão executados e considerou que mesmo com todos os impactos da pandemia e outros, hoje existe uma imaturidade muito grande para se falar de insuficiência da deliberação 361, quando os documentos que foram produzidos até hoje nunca tiveram uma avaliação. Considerou ainda que no território do Espírito Santo, os relatórios elaborados pela FEST são avaliados, recebem uma nota técnica, os seminários são acompanhados massivamente por vários atores e o que acontece no território de Minas Gerais é bem diferente. Ponderou que trouxe esse exemplo, não só por conta da deliberação 666, mas também por uma necessidade de reestruturar o acompanhamento do que acontece em Minas Gerais, sendo necessário olhar para os resultados dos projetos que são apresentados hoje, para falar sobre insuficiência e para decidir se a inclusão de um parâmetro está sendo relevante ou não dentro do contexto de todos os estudos que estão sendo levantados até hoje. Reforçou novamente que a Fundação Renova não se nega em realizar discussões, mas considera que elas precisam ser feitas de forma estruturada. O Sr. Frederico Martins considerou que a deliberação 666 é bem assertiva e lembrou que o pedido da CT-Bio é de inclusão da metodologia de preparo a análise de amostras, sedimento, tecido de peixe e crustáceo para identificação e quantificação do metilmercúrio e explicou que há esse pedido porque foi colocado toda uma pressão em cima de uma perícia que foi realizada no território depois do que foi chamado de “guerra de laudos”. Relatou que quando a perícia chamou atenção para o metilmercúrio, cria-se um fato e por isso surgiu o interesse da CT-Bio em incluir esse parâmetro em meio a vários outros que já eram levandos, o que em momento nenhum foi questionado até a deliberação.

	<p>Lembrou que de acordo com a Fundação Renova não é possível fazer análise do metilmercúrio de forma isolada e afirmou que de forma integrada também não é possível, visto que o território mineiro não comporta, então, seria o mesmo que dizer que não vai ser feito de forma alguma. Considerou que dessa forma é melhor assumir o risco e fazer de forma isolada, o que pelo menos traria o dado bruto, sem nexos causal ou correlação, mas identificando a presença e ausência do metilmercúrio no sedimento, no peixe, no camarão, o que já seira uma informação relevante. A Sra. Laila considerou que a perícia já faz esse trabalho. O Sr. Frederico reforçou que a perícia faz um retrato com a diferença de um monitoramento de longo prazo. Houve amplo debate sobre esse entendimento.</p> <p>O Sr. Leandro concordou com a necessidade de uma estrutura e um processo de avaliação sistemática dos resultados das pesquisas da FAPEMIG, para tomada de decisão quanto a mobilização dos recursos previstos na del. 361 para complementação daquilo que foi necessário e relatou que o IEF está trabalhando nisso e que em breve uma apresentação será feita para a CT-Bio. Considerou que nesse caso, está sendo falado de um parâmetro específico que não estava no desenho original da FAPEMIG e que foi levantado a partir de um resultado pericial do eixo 6, o que já tem uma deliberação do CIF no sentido de incorporá-lo. Considerou também a ideia de que primeiro é necessário avaliar a suficiência dos resultados da FAPEMIG como um todo para então decidir não faz sentido, porque o CIF já deliberou que se investigue metilmercúrio por causa do risco ecológico e risco à saúde humana também, como foi apontado por uma perícia que avalia o risco à saúde humana e do consumo de pescado.</p> <p>O Sr. Frederico Martins questionou se a Fundação Renova está disposta em realizar essa reunião setorial afim de solucionar o problema e apresentar uma proposta para inclusão do metilmercúrio e considerou que está muito claro que a Fundação Renova deverá direcionar uma nova contratação para o metilmercúrio em Minas Gerais. A Sra. Laila Medeiros, em resposta, afirmou que dentro da deliberação que solicita que esse parâmetro seja incluído nos estudos da cláusula 165 que tem deliberação para aprovação deles e está na definição de programa, não é possível fazer essa inclusão. Afirmou que nessa forma, a Fundação não tenha capacidade e competência de fazer uma proposta de ampliação e que isso precisa sair da Câmara Técnica.</p> <p>O Sr. Frederico Martins lembrou que a deliberação define que a Fundação Renova deverá apresentar uma proposta e sugeriu um encaminhamento para considerar o descumprimento de deliberação por parte da Fundação Renova. Houve amplo debate sobre o entendimento do item 4 da deliberação com posterior definição do encaminhamento, ficou claro que se a Fundação Renova apresentar uma proposta de inclusão do metilmercúrio até o CIF a CT-Bio estará a disposição para discutir e retirar o pedido de notificação.</p> <p>Não havendo relação com o assunto do metilmercúrio, a Sra. Laila finalizou, comunicando que será feito o reajuste das bolsas dos pesquisadores da FAPEMIG.</p>
<p><b>Encaminhamento 76.2:</b></p>	<p><b>A CT-Bio solicitará pauta para o CIF de outubro com uma notificação do descumprimento da Deliberação 666 e criará comissão, organizada por MG, para discussão e alinhamento sobre a inclusão do metilmercúrio, caso seja solicitado pela Fundação Renova.</b></p> <p><b>Composição do grupo de discussão: Frederico (ICMBio), Leandro (IEF), Janaina (IEF) e Larissa (IEMA) – liderança do grupo: Leandro e Janaína.</b></p>
<p><b>c. Informe 4° Workshop - Análise Integrada da Biodiversidade Aquática Dulcícola do Rio Doce realizado em 29 e 30 de agosto:</b></p>	<p>O Sr. Leandro Guimarães, representante do IEF, relatou que existe uma demanda e uma determinação de que os produtos das diferentes linhas de pesquisas da FAPEMIG sejam integrados e posteriormente, integrados também com o que está sendo desenvolvido para o Espírito Santo. Informou que o instituto Ekos foi contratado e está desenvolvendo os trabalhos, porém, devido a questões de prazos contratuais, está integrando a literatura disponível como um todo e também os relatórios textuais encaminhados pelos pesquisadores do FAPEMIG no caderno de resumos, mas sem integrar os dados coletados até o momento, visto que não daria tempo de fazer isso dentro da previsão de conclusão do contrato, nesse sentido, relatou que houve um questionamento a Fundação Renova se ela iria editar esse</p>



contrato pra dar tempo de incorporar os dados produzidos até agora e a resposta foi negativa. Considerou que integrar somente a parte textual, que já evoluiu desde a entrega do caderno de resumos, sem realizar a inclusão dos dados em si, não permitiria dizer que houve de fato a integração dos resultados dessas linhas de pesquisa. Considerou ainda que essa integração total é fundamental que aconteça visto que não é possível aprovar o produto no formato que ele está.

O Sr. Frederico Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade – CT-Bio fez breve contextualização, lembrando que para o território mineiro houve a contratação de 6 linhas de pesquisa, que precisavam ser integradas e devido uma dificuldade de integração, a Ekos foi contratada com esse objetivo. Contou que nos dias 29 e 30 houve o seminário para apresentação dessa busca pela integração.

O Sr. Leandro Fernandes, representante da Fundação Renova, relatou que a negativa para a pergunta se o contrato com a Ekos seria aditado, não queria dizer que a Fundação não irá fomentar outras estratégias de integração. Informou que há um plano de trabalho contratado, apresentado para a CT-Bio e que está sendo executado, com bons resultados, dentro de um cenário das linhas temáticas que não se conversavam e que agora há uma comunicação, tem perspectiva de fazer artigo juntas e comunicar esses dados. Explicou em relação aos dados, que há dificuldade muito grande de receber os dados das linhas de pesquisa da FAPEMIG mas que a dificuldade não foi só o prazo desse dado e sim como o dado é entregue pela linha de pesquisa. Relatou que da forma como é hoje, não é possível de fazer uma integração como era esperado no início, disse que são dados que não estão organizados, não correspondem ao que está, inclusive, previsto no edital de usar o padrão *Darwin core*. Considerou ainda que para esse primeiro momento, para essa primeira entrega de integração, ela será mais qualitativa considerando os dados.

O Sr. Leandro Guimarães considerou que realmente tem produtos interessantes saindo desse trabalho da Ekos e reforçou que é necessário a integração dos dados que foram entregues. Relatou que entende que existe um problema de prazo contratual, mas que é algo a ser resolvido e afirmou que não há condição de aceitar uma integração qualitativa pro acumulada até o ano 2 e jogar pro ano 3 a integração do dado bruto. Informou que uma das expectativas com relação a esse produto da Ekos, é a unificação das malhas amostrais dos diferentes projetos e afirmou, mais uma vez, que não dá para jogar a integração completa para próximo ciclo e que isso tem que ser feito agora, não sendo pela Ekos que seja por algum outro mecanismo a ser adotado para complementar esse trabalho, mesmo que o mais desejável é que seja pela Ekos, visto que ela já está com um fio lógico da condução desse processo.

O Sr. Frederico Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade – CT-Bio relatou que não tem a sensação de que os pesquisadores aderiram completamente ao processo e relatou que para defender a Ekos na continuidade desse processo, precisaria ver algum resultado primeiro, pois não está convencido de que essa integração está realmente funcionando da forma como ela foi elaborada. Considerou que se não houver um bom resultado de integração, será necessário investir em outra estratégia.

O Sr. Leandro Fernandes relatou que as preocupações são compartilhadas e informou que a Fundação não recebeu também o produto final e precisa ainda avaliar todo esse processo. Informou que assim que receberem o produto final, ele será compartilhado com a CT-Bio para que todos façam uma avaliação e considerou que realmente é difícil e lembrou que a participação dos pesquisadores foi conquistada lentamente pelos workshops nas diferentes ações e que por isso, ainda é necessário avaliar se foi uma estratégia eficiente ou não para que alcance essa integração necessária.

O Sr. Leandro Guimarães reforçou que independentemente quem vai ser contratado ou mantido para executar o processo, a integração dos dados acumulados até o ano 2 tem que incluir os dados e não apenas o que está indicado em relatório.

O Sr. Leandro Fernandes esclareceu que os dados cumulativos até o ano 2 estão sendo analisados pelo Instituto Ekos e que eles farão parte do diagnóstico que vai ser entregue.

	<p>Relatou que a definição de integração talvez seja diferente, mas que é necessário esperar para ver como será esse resultado e informou que, na verdade, a dificuldade não é só por causa de um formato de planilha e sim na entrega dos dados, visto que não é só jogar tudo no mesmo formato, pois é necessário avaliar a malha amostral, a frequência e outros itens. Considerou ainda que qualquer tipo de conclusão, sobre se essa avaliação é boa ou não é, vai ser possível depois que o produto estiver pronto e reforçou que esses dados foram repassados a Ekos, eles são incorporados no produto e eles estão fazendo a análise que é possível ser feita. Destacou que a Fundação Renova está acompanhando esse processo e que assim que tiver um produto para poder fazer essa avaliação de fato dessa integração, as conversas retornarão. Houve amplo debate sobre as divergências e dificuldades em relação a integração, com esclarecimento que os dados coletados possuem formatos diferentes que dificultam a integração. O Sr. Frederico Martins informou que está clara a necessidade de aguardar os resultados e recomendou que a justificativa para não fazer uma integração melhor não seja o tempo.</p>
--	---

**4. Cláusula 168:**

<b>Pauta</b>	<b>Discussão</b>
<p><b>a. Informes sobre o seminário do PMBT realizado nos dias 24 e 25 de agosto em BH:</b></p>	<p>A Sra. Janaina Aguiar, representante do IEF, considerou que o seminário do PMBT foi bem produtivo e relatou que a Ellos conseguiu mostrar os dados das campanhas de uma forma dinâmica de apresentação, com uma inovação que foi apresentar alguns painéis com os resultados dos trabalhos o que enriqueceu também o evento. Parabenizou a equipe e considerou que no âmbito do terrestre está começando a se ter resultado e os dados de uma forma consistente para uma análise mais robusta. O Sr. Hermes Daros, representante do IEMA, considerou o seminário muito bom, muito produtivo e percebeu que as coisas estão evoluindo e estão melhorando.</p> <p>O Sr. Frederico Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade – CT-Bio relatou que esteve no seminário e que sua sensação é que teve um salto de qualidade da pesquisa em relação à execução anterior e considerou que o estudo ainda é imaturo para pensar em otimização. Considerou ainda que esse estudo já passou pelos processos de ajustes e que agora é fundamental manter esse grupo de pesquisa a frente do processo, para que a partir desse prognóstico, seja possível identificar resultados.</p> <p>A Sra. Juliana Lima, representante da Fundação Renova, explicou que estava se discutindo já a terceira campanha, então no final do ano encerram 2 anos completos, 2 ciclos anuais completos e que será possível tirar conclusões concretas após o resultado total da campanha. Houve a confirmação de que o próximo workshop será nos dias 29 e 30 de novembro de 2023.</p> <p>O Sr. Hermes Daros reforçou a necessidade de receber o relatório com uma certa antecedência para conseguir pelo menos dar uma olhada antes do evento.</p>

**5. Cláusula 181:**

<b>Pauta</b>	<b>Discussão</b>
<p><b>a. Nota técnica sobre o Plano de Ação PERD:</b></p>	<p>A Sra. Nilcemar Bejar, representante do IEF, fez breve contextualização sobre o tema e apresentou detalhes da Nota Técnica relativa à análise do documento "Plano de Ação Parque Estadual do Rio Doce Estratégias de reparação dos impactos do rompimento da Barragem de Fundão/ Fundação Renova, 2022" no escopo da cláusula 181 e proferiu leitura da minuta de deliberação proposta. O documento está disponível na íntegra para consulta dos interessados.</p> <p>O Sr. Frederico Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade – CT-Bio considerou que como o NT não estava no material de apoio e não foi avaliada pela Fundação, que ela poderia ser pauta na 77ª Reunião Ordinária da CT-Bio.</p>

	<p>A Sra. Laila Medeiros, representante da Fundação Renova, considerou que essa análise era um desejo de todos visto a complexidade do processo, parabenizou e agradeceu pela possibilidade de avançar nele. Relatou que existem algumas expectativas que foram colocadas na avaliação e que não correspondem à etapa do processo que é o título de detalhamento e informou que os comentários feitos na NT serão aproveitados. Sobre o orçamento, ela considerou que por mais que a CT-Bio não precise aprovar esse orçamento, a Fundação Renova trabalha na descrição deste orçamento e vai colocar isso nos demais documentos a partir das etapas desdobrada, o que vai aparecer também na definição do programa e no orçamento anual.</p> <p>O Sr. Frederico Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade – CT-Bio considerou que a tarefa foi árdua e lembrou que houve um plano de ação elaborado por um coletivo e que não sabe se cabe a CT-Bio fazer alterações no plano e por isso apoia a conclusão em aprovar o plano. Sugeriu que o termo “ressalvas” citado na conclusão, seja substituído por “recomendações” que são típicas do processo de monitoria, a qual o plano com certeza passará. Sobre orçamento, sugeriu aprovação do mesmo, considerando que por mais detalhado que ele esteja, nunca haverá segurança suficiente para aprovar um orçamento que outra entidade que fez. Sugeriu que no texto seja descrita a aprovação do plano com recomendação de monitoria e que o orçamento seja aprovado com uma nota da possibilidade de correção caso seja necessário. Houve alinhamento sobre as mudanças que serão incorporadas na NT e debate sobre o formato e custos com GAT, onde o Sr. Frederico afirmou que a CT-Bio não tornará os GATs profissionalizantes.</p>
<b>Encaminhamento 76.3:</b>	<b>A NT de análise do Plano de Ação PERD será colocada para aprovação da próxima reunião da CT-Bio.</b>



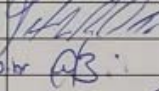
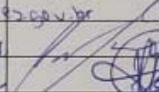
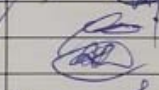
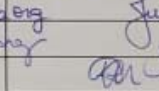
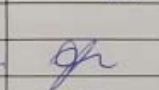







**6. Cláusula 164:**

<b>Pauta</b>	<b>Discussão</b>
<p><b>a. Apresentação do status de execução das ações do plano de ação para recuperação e conservação da fauna aquática da bacia do rio Doce (PABA) – Fundação Renova.</b></p>	<p>A Sra. Letícia de Moraes, representante da Fundação Renova, apresentou detalhes referente ao Plano de Ação para Recuperação e Conservação da Fauna Aquática da bacia do Rio Doce – PABA, descreveu as espécies-alvo, a área de abrangência do PABA, a composição do grupo de assessoramento técnico (GAT), o histórico do plano, as estratégias de conservação, detalhes do planejamento de execução, as intercafes existentes com outros programas, o status de execução e as ações em andamento. O documento está disponível na íntegra para consulta dos interessados.</p> <p>O Sr. Márcio Lazarini, representante dos atingidos de Rio Doce, considerou o plano incompleto pois não se discute a repovoação do Rio Doce e relatou a presença de muitos peixes exóticos. A Sra. Letícia explicou que a realização de peixamento já foi discutida entre os especialistas que compõem o GAT e que a prática não foi recomendada. Informou que a Fundação Renova e o instituto Hórus vêm pensando atualmente em fechar um trabalho de estudo do risco de espécies exóticas e que além desse estudo, existe uma ação de manejo prevista dentro do plano de ação especificamente para espécies exóticas e que, assim que possível, será apresentado para a CT-Bio.</p> <p>O Sr. Frederico Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade – CT-Bio considerou que essa preocupação do Marquinho tem toda razão, visto que ele vivencia isso e vê que um dos impactos mais importantes é esse domínio de espécies invasoras. Sr. Junio Silva, representante do IBAMA, informou que orientação técnica do Ibama é que espécie exótica deve ser eliminada, obviamente, respeitando a legislação. Houve debate sobre os procedimentos diante de espécies exóticas.</p>

**7. Extra pauta – Aprovação de ata 1ª Intercâmaras e Calendário CT-Bio.**

Pauta	Discussão
<b>a. Discussão:</b>	O Sr. Frederico Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade – CT-Bio colocou a ata da 1ª Intercâmaras referente aos possíveis impactos na Bahia em votação e após análise do encaminhamento da ata, ficou definido que a CT-Bio faria nova comunicação para as Câmaras Técnicas, encaminhando os estudos pertinentes.  Posteriormente, houve alinhamento sobre as datas e locais das próximas reuniões ordinárias da CT-Bio.
<b>Aprovação:</b>	<b>A ata da 1ª Intercâmaras referente aos possíveis impactos na Bahia foi aprovada sem objeção dos membros e será publicada no site do CIB/Ibama.</b>
<b>Encaminhamento 76.4:</b>	<b>A CT-Bio fará nova comunicação para as Câmaras Técnicas, encaminhando a ata e os estudos pertinentes.</b>

Às 18 horas do dia 5 de setembro de 2023, o Sr. Frederico Drumond Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade – CT-Bio, finalizou a reunião agradecendo a participação de todos.

 <b>CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - CT-BIO/CIF</b>					
Lista de Presença de membros e convidados - 76ª Reunião Ordinária da Câmara de Conservação da Biodiversidade - CT-Bio					
Data: 5 de setembro de 2023					
Horário: 9h					
Local: Hotel Max Savassi - R. Antônio de Albuquerque, 335 - Savassi, Belo Horizonte.					
Nº DE ORDEM	NOME	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	EMAIL DE CONTATO	ASSINATURA
1	Spicellama de Souza	Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade - CT-Bio	27 99859-3033	luciliana.god@hotmail.com	
2	Jose Matheus Bozolan	Comissão Biodiversidade	011 971511629	luciliana.god@hotmail.com	
3	Hermes José Soares Filho	TEMA/ES	27 3836 2523	hermes.daloz@tema.es.gov.br	
4	Juliano de Oliveira Barbato	TEMA/ES	27 3636 2523	juliano.barbato@tema.es.gov.br	
5	PATRICE C. HEMCIDAM	TEMA/ES	27 3636 2523	patrice.hemcidam@tema.es.gov.br	
6	Gilberto A. Spicelli	TEMA/ES	27 3636 2523	gilberto.spicelli@tema.es.gov.br	
7	Kledison Ramus	TEMA/ES	28 99991 2781	kledison.ramus@tema.es.gov.br	
8	Carissa Soares Pinheiro	TEMA/ES	27 3636 2523	carissa.pinheiro@tema.es.gov.br	
9	LARISSA Nóbres Soares Bueno	TEMA/ES	27 3636 2523	lariissa.simoes@tema.es.gov.br	
10	Juliana Oliveira Lima	Renova	31 38461 7546	juliana.lima@fundacaoarena.org	
11	Elisa da Costa Mendes	Fund. Renova	31 971134100	elisa.mendes@fundacaoarena.org	
12	Leandro R. Mourão	Flacso	31 99918-3768	atbio.cif@icmbio.gov.br	
13	Frederic D. Martins				
14	Fernando AB Aguiar	ICF/MT	31 99478812	fernando.aguiar@musanhil.org.br	
15	JUNIO AUGUSTO S SILVA	IBAMA MG	31 99731 1357	junio.silva@ibama.gov.br	
16	Leandro Guimarães	IEF	31 994682115	leandro.guimaraes@musanhil.org.br	
17					